

RECUPERAR

PORTUGAL,

GARANTIR

O FUTURO

MOÇÃO POLÍTICA DE
ORIENTAÇÃO NACIONAL



ANTÓNIO COSTA

Secretário-Geral '21

Introdução	4
1. Combater a pandemia, Recuperar Portugal, Garantir o Futuro	6
1.1. Erradicar a pandemia	8
1.2. Assegurar a recuperação económica e social	9
1.3. Sair da crise mais fortes	10
1.4. Um compromisso para a recuperação	12
2. As políticas locais no quadro da resposta aos desafios estratégicos	14
2.1. Organização da governação territorial	16
2.2. Alterações climáticas	17
2.2.1. Adaptação às alterações climáticas	18
2.2.2. Transição energética verde	19
2.2.3. Reforço da aposta na mobilidade sustentável	20
2.2.4. Promoção de uma melhor gestão hídrica	23
2.2.5. Promoção da extensão dos espaços verdes	23
2.2.6. Ciclos de vida dos recursos - Economia circular	24
2.2.7. Agricultura e alimentação	25
2.2.8. Áreas protegidas e biodiversidade	26
2.3. Demografia	28
2.3.1. Atração de investimento criador de emprego para os territórios	29
2.3.2. Melhoria do acesso à habitação	30
2.3.3. Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional	30
2.3.4. Melhoria das respostas sociais, de saúde e culturais	32
2.3.5. Atração de uma imigração regulada, com direitos, com dignidade e em segurança	33
2.3.6. Promoção do envelhecimento ativo e saudável	34
2.3.7. Correção das assimetrias estruturais	35
2.4. Transição digital	36
2.4.1. Competências digitais	38
2.4.2. Articulação com a comunidade científica e o tecido empresarial local	40
2.4.3. Cidades inteligentes	42
2.4.4. SIMplex local	43
2.5. Desigualdades	44
2.5.1. Dinamização das redes sociais locais	46
2.5.2. Promoção do acesso à saúde	46
2.5.3. Concretização do acesso à educação e promoção do sucesso educativo	48
2.5.4. Uma política local para a igualdade	48
2.5.5. Mais e melhor emprego e formação	50
2.5.6. Uma política social de habitação	50
2.5.7. Promoção da integração das populações imigrantes	51

INTRODUÇÃO

A missão do Partido Socialista (PS) **é liderar a recuperação económica e social do país, vencendo a crise aberta pela pandemia.** São múltiplos os desafios desta recuperação.

O primeiro desafio **é a erradicação da pandemia.** Quinze meses depois do primeiro caso da doença COVID 19 conhecemos o poder do vírus e a incerteza que nos traz, e sabemos que **o primeiro pressuposto da recuperação é concluir o processo de vacinação** e prosseguir com firmeza as **medidas de saúde pública** que permitem manter a pandemia controlada.

Só controlando a pandemia poderemos retomar a normalidade e, com ela, a recuperação do exercício pleno dos direitos fundamentais, designadamente dos direitos, liberdades e garantias, que, por força do combate à pandemia, tiveram de ser suspensos. O PS sempre foi o partido da liberdade e da defesa dos direitos e não abdicará desse papel fundamental, assim que haja condições para eliminar as medidas restritivas desses direitos que foi necessário impor.

Mas para garantir o futuro, para enfrentar os desafios com que estamos confrontados, **a recuperação não se pode limitar a regressar ao ponto onde estávamos em fevereiro de 2020.** Nem tão pouco a onde estaríamos se a pandemia não nos tivesse atingido. Temos de ir mais além. O PRR tem de representar um acelerador, um trampolim, para irmos mais além e mais rápido na convergência económica e social com a EU.

É essa a ambição do PS. Portugal tem de sair desta crise mais forte. Com menos fragilidades, uma sociedade mais solidária, com mais e melhor emprego, uma economia mais competitiva, um país mais seguro, coeso e sustentável.

Um país que **combate as desigualdades**, melhorando o **acesso à saúde de proximidade, promovendo os cuidados domiciliários, assegurando a recuperação de aprendizagens** e impulsionando as **Redes Sociais Locais para combater a pobreza e para dar resposta às pessoas mais vulneráveis: pessoas idosas, pessoas com deficiência ou famílias monoparentais.**

Um país que **enfrenta o desafio demográfico** com uma **política de habitação** de base local que simultaneamente **elimine a habitação indigna e assegure habitação a preços acessíveis**, para que os jovens possam emancipar-se e ter os filhos que desejem. **Um país que combate a precariedade, o recurso abusivo ao trabalho temporário, o falso trabalho independente e a informalidade nas relações laborais e se concentra na valorização dos salários dos trabalhadores jovens.** Um país que assegura aos jovens a liberdade de acesso às profissões reguladas, sem bloqueios corporativos.

Um país que **combate as alterações climáticas** através da aposta na **eficiência energética**, quer ao nível da iluminação pública, quer ao nível dos equipamentos coletivos ou da concretização das suas estratégias locais de habitação. Um país que aposta na **promoção dos transportes públicos e na sua articulação com outros serviços de mobilidade suave** e na eletrificação da maioria do transporte público coletivo.

Um país que **está preparado para a transição digital apostando nas qualificações e competências digitais** e combatendo os fenómenos de exclusão digital. Um país que assegura a conectividade em todo o território para que todo o país possa beneficiar das potencialidades da digitalização em todos os setores da economia ou das oportunidades que o trabalho remoto veio abrir para uma melhor distribuição geográfica da retenção de mão de obra qualificada.

Foi com essa ambição que preparámos uma visão estratégica e desenhamos o PRR e o próximo PT 2030. Uma ambição que exige a mobilização de todos os portugueses, para uma ação política focada nos resultados.

Uma ação política coerente a todos os níveis da governação, local, nacional e europeu.

Para fazer isto, é necessário que o PS continue a ser o grande partido autárquico português, o único cuja influência se faz sentir em todo o território nacional. Assim, o PS deve assumir o objetivo de assegurar nas próximas eleições a maioria das câmaras municipais, a maioria das juntas de freguesia, a maioria dos mandatos e a maioria dos votos.

O PS apresenta-se às próximas eleições autárquicas com esta ambição de vitória.

Por outro lado, o próximo mandato autárquico (21/25), será o mandato de consolidação do processo de descentralização para os Municípios e áreas Metropolitanas, ao mesmo tempo que prossegue o processo de alargamento das competências das CCDR, agora legitimadas como representantes dos autarcas das Regiões.

Estaremos assim em condições de no final de 2024 avaliar os resultados destes processos e promover amplo debate tendo em vista a concretização da regionalização, nos termos constitucionais.

Desde 2015, o PS provou que havia efetivamente uma alternativa política. Ao construir essa alternativa, em prol dos portugueses, o PS rompeu o conceito de "arco da governação", superou tabus e mostrou que são possíveis soluções governativas com apoio maioritário da esquerda, garantindo estabilidade governativa – estabilidade que foi crucial durante os 5 anos de políticas de mais crescimento, melhor emprego e maior igualdade, que foi fundamental no combate à pandemia e que é uma condição fundamental para a recuperação económica e social do país.

O PS defende que é no diálogo à esquerda que se assegura a estabilidade e as boas políticas de que o país precisa para recuperar e garantir o futuro, no respeito pelos princípios programáticos do PS e pelos compromissos internacionais do nosso país. No quadro político em que vivemos, o PS deve ainda continuar a liderar este processo de recuperação económica e social do país, assumindo-se como um partido que dialoga com todos os setores da sociedade que defendem o aprofundamento da democracia pluralista e rejeitam a complacência da direita democrática perante uma agenda antidemocrática e xenófoba.

O PS tem como marca da sua governação a boa cooperação institucional que se estabelece entre o Governo, o poder local e as Regiões Autónomas, o respeito pela separação de poderes face ao poder judicial, e a estreita cooperação institucional com a Assembleia da República e com o Presidente da República. Essa cooperação institucional é sempre importante, mas foi absolutamente estruturante na forma como o país combateu a pandemia, num contexto de diálogo e de convergência interinstitucional que contribuiu decisivamente para que vivêssemos num clima de paz social este período de indiscutível excecionalidade.

1

COMBATER
A PANDEMIA,
RECUPERAR
PORTUGAL,
GARANTIR
O FUTURO

O país - e a governação do Partido Socialista (PS) - enfrenta nos próximos anos um triplo desafio histórico. Erradicar a pandemia, assegurar a recuperação económica e social e liderar a transformação estrutural da próxima década.



1.1 Erradicar a pandemia

Desde março de 2020, quando foi declarada a pandemia da doença COVID-19, a resposta a esta emergência sanitária tem sido uma prioridade. É um combate difícil, marcado pela força global de um vírus com muitas incertezas.

O combate à pandemia fez-se com políticas públicas de todas as áreas da governação - da saúde às políticas sociais, da resposta de proteção civil e segurança às políticas económicas. Essa resposta integrada das diferentes áreas setoriais e em forte articulação com os atores locais foi decisiva para o controlo da evolução epidemiológica nos períodos mais difíceis e para a manutenção da capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS), que foi sendo fortalecido durante este ano.

Na saúde, temos hoje mais 10 mil profissionais de saúde do que há um ano, reforçámos a saúde pública, a capacidade laboratorial e os cuidados primários de saúde, alargámos a rede de cuidados continuados e avançámos significativamente na saúde digital.

A investigação científica tornou possível que, menos de um ano depois da declaração da pandemia, se desenvolvesse, produzisse e iniciasse o processo de vacinação. Agora, devemos expandir rapidamente a vacinação, tanto no nosso país como na Europa, e estendê-la a todas as regiões do mundo. Só assim seremos eficazes no controlo da pandemia.

A primeira condição para acelerar a recuperação económica e social é a conclusão do processo de vacinação e a firmeza na prossecução de medidas de saúde pública que permitam manter a pandemia controlada.

Mas devemos também **preparar o nosso SNS para o futuro**. Tornando-o mais resiliente perante futuras crises, dotando-o de recursos e respostas para ser capaz de recuperar do período pandémico e que o preparem estruturalmente para enfrentar as dinâmicas de envelhecimento populacional e o aumento da população com doenças crónicas.

O investimento no SNS marca a governação do PS desde 2015. Mas é necessário continuar a investir, reforçar a capacidade de coordenação de respostas no terreno e de articulação com as restantes respostas sociais e definir políticas públicas com quatro objetivos fundamentais:

- Melhorar as condições de acesso à saúde, apostando nos cuidados de saúde primários e na diversificação das suas respostas, no reforço da saúde pública e das respostas de proximidade;
- Completar a rede de cuidados continuados integrados e de cuidados paliativos;
- Desenvolver respostas de proximidade junto dos mais vulneráveis, incluindo na área da saúde mental;
- Aproveitar plenamente as potencialidades da transição digital, reforçando os sistemas de informação e potenciando as respostas de tele-saúde e saúde à distância.

É precisamente no sentido de tornar o SNS mais resiliente a crises e mais justo que o **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)** inclui um investimento de mais de 1.300 milhões de euros nestes quatro objetivos.

1.2 Assegurar a recuperação económica e social

O controlo da pandemia impôs medidas restritivas e de confinamento que, sendo necessárias, tiveram consequências significativas para a nossa economia. Por isso, desde a primeira hora, o Governo do PS associou às medidas de combate à pandemia medidas de proteção da economia, do emprego e do rendimento das famílias. Medidas que vão desde o período de isolamento profilático pago a 100% às prorrogações automáticas do Rendimento Social de Inserção (RSI), Complemento Solidário para Idosos (CSI), subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego. Da criação de mecanismos de apoio aos trabalhadores informais ao *layoff* simplificado, em que os trabalhadores recebem agora 100% do seu salário. Do apoio excepcional à família, para os pais que ficaram em casa a cuidar dos filhos quando as escolas tiveram de fechar, ao apoio à retoma progressiva. Do apoio aos trabalhadores independentes e aos sócios gerentes ao incentivo financeiro à normalização da atividade. Do complemento de estabilização ao novo apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores.

A par dos instrumentos clássicos do Estado Social, como o subsídio de desemprego, de doença ou o abono de família, todas estas medidas extraordinárias de apoio ao emprego e aos rendimentos que colocámos no terreno permitiram mitigar os efeitos da crise. De acordo com a análise do Banco de Portugal, sem a proteção conferida pelo *layoff* simplificado, a queda no emprego teria sido mais do dobro da verificada. O desenho das diferentes medidas de apoio social permitiu conferir particular proteção aos mais vulneráveis, atenuando a severidade do impacto da crise.

Apesar disso, precisamos de enfrentar os problemas sociais daí decorrentes, assim como os problemas estruturais que a pandemia revelou ou exacerbou.

Durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, assumimos por isso a missão de reforçar a Europa Social, acordando passar das palavras à ação e definindo metas ambiciosas de melhoria na vida das pessoas.

Uma das metas que estabelecemos foi precisamente a de tirar 15 milhões de europeus da pobreza, entre os quais 5 milhões de crianças, por forma a quebrar o ciclo geracional da pobreza e aumentar a mobilidade social.

Plenamente alinhado com estes objetivos, Portugal estabeleceu como elemento prioritário do seu PRR a resposta social à crise gerada pela pandemia - e às vulnerabilidades pré-existentes -, dedicando mais de 4.900 milhões de euros diretamente à redução das vulnerabilidades sociais.

1.3 Sair da crise mais fortes

Portugal defronta um dos mais complexos e exigentes desafios das últimas décadas: recuperar do impacto da crise da pandemia e dos seus efeitos económicos e sociais. Mas recuperar da crise não significa, não pode significar, retornar ao ponto em que nos encontrávamos em 2019. Significa, tem de significar, enfrentarmos definitiva e decididamente os problemas estruturais com que o nosso país se defronta há décadas e que têm constituído obstáculos efetivos ao seu desenvolvimento sustentado.

O Plano de Recuperação e Resiliência, pelo seu volume e natureza extraordinária, impõe-nos uma enorme responsabilidade. Temos de ir mais além e mais rápido na nossa ambição de convergência. O PRR é um acelerador, um trampolim do nosso desenvolvimento.

Por essas razões, os objetivos que o PS tinha fixado para esta década tornam-se ainda mais relevantes do que eram antes da crise de saúde pública:

- Reduzir de forma clara e sustentável as desigualdades e a pobreza;
- Progredir decisivamente na agenda climática e ambiental, reduzindo os riscos ambientais e fazendo-o de forma justa, com uma transição vantajosa em termos de emprego;
- Investir na transição digital e tecnológica para a transformar de um risco para a economia e o emprego numa vantagem estratégica do nosso país;
- Responder ao desafio demográfico em todas as suas dimensões, criando melhores condições para a atração e retenção de população e para o livre desenvolvimento dos seus projetos de vida.

A recuperação económica só será sustentável se se consolidar em paralelo com estes objetivos estratégicos. Por duas razões fundamentais - porque a crise mostrou como coesão e sustentabilidade no desenvolvimento são fundamentais para transformar as sociedades e as economias em realidades mais resistentes e mais preparadas para as incertezas do futuro; e porque os anos da crise da COVID-19 assistiram a alterações significativas dos padrões de consumo e produção no domínio tecnológico e da sustentabilidade.

Vencer esta batalha de múltiplas dimensões exige dois grandes esforços de mudança:

- Aplicar com eficácia económica e social os investimentos que a nova geração de políticas europeias nos proporciona;
- Alcançar uma elevada convergência de objetivos entre os principais agentes económicos e sociais na sociedade portuguesa.

Foi com a ambição de assegurar a recuperação económica e social e garantir o futuro que preparámos uma visão estratégica e desenhamos o PRR e o próximo PT 2030. Falamos de um total de 61,2 mil milhões de euros em subvenções, mais de 6,8 mil milhões de euros por ano de investimento que devem estar ao serviço da recuperação económica e social do país, do seu desenvolvimento, da redução das desigualdades, do combate à pobreza, da dupla transição digital e climática.

O centro da recuperação económica deve ser, uma vez mais, o emprego. **Mais e melhor emprego, com menos precariedade, mais direitos, mais qualificações e melhores salários.** A recuperação económica deve ser feita combatendo todas as formas de instabilidade laboral, o que passa por combater os abusos do trabalho temporário, o falso trabalho independente e a informalidade nas relações laborais, promovendo a negociação coletiva, de modo a concretizar uma agenda de trabalho digno.

Para isso, o PS deve assumir a revisão da legislação laboral para regular adequadamente as novas formas de trabalho e assegurar direitos laborais e de proteção social a estes trabalhadores (por exemplo, das plataformas digitais), combater o recurso abusivo ao trabalho temporário aumentando a responsabilização dos utilizadores, com maior transparência e prestação de informação e reforço da estabilidade laboral dos quadros das empresas de trabalho temporário.

O PS deve ainda concluir as discussões na concertação social quanto à conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e quanto ao acordo sobre competitividade e rendimentos cujo debate foi interrompido pela pandemia, de forma a concretizar um caminho sustentado de aumento dos salários que vá além do salário mínimo nacional e que se concentre em particular na valorização dos baixos salários dos trabalhadores jovens.

O PS deve reduzir as limitações de natureza corporativa no acesso às profissões reguladas, assegurando a liberdade na escolha e desempenho da profissão, em especial aos jovens.



1.4 Um compromisso para a recuperação

Convidar a sociedade portuguesa à convergência de esforços não significa esbater as diferenças e até as divergências que são essenciais numa sociedade democrática. Ao contrário, significa valorizar essas diferenças para ultrapassar obstáculos, inércias e fragilidades. Mas trabalhando em prol de um objetivo comum, que é a melhoria das condições de vida dos portugueses.

Podemos e devemos construir um **compromisso alargado para reduzir a pobreza e as desigualdades**, porque tal não é apenas um imperativo ético mas também uma condição para sermos mais fortes na resposta aos desafios estruturais da economia.

Podemos e devemos construir um **compromisso alargado para uma transição justa para uma economia sustentável ambientalmente**, porque não existe alternativa a esse caminho e o tempo já é curto para o fazer.

Podemos e devemos construir um **compromisso alargado para acelerar uma transição digital justa** porque sem ela perderemos capacidade de reforçar a economia e perderemos a capacidade de fixar e atrair as novas gerações.

Só o PS está em condições de liderar esse compromisso alargado na sociedade portuguesa. Um compromisso assente nas forças progressistas e capaz de congregar em torno do seu programa os agentes económicos e os parceiros sociais, os trabalhadores de todos os setores, os protagonistas da sociedade do conhecimento e as forças criativas da nossa sociedade, os territórios urbanos e os de baixa densidade num esforço de concertação social e territorial que garanta um futuro melhor para todas as gerações.



A convergência de que necessitamos é a de um diálogo social profundo e produtivo entre e com **os parceiros sociais** que renove o nosso contrato social e reforce a negociação coletiva a todos os níveis.

A convergência de que necessitamos é aquela que mobiliza e valoriza **as organizações da sociedade civil** para, em conjunto, sermos capazes de antecipar os riscos sociais, explorar novas áreas de cooperação e dar um forte contributo para a criação de emprego.

A convergência de que necessitamos é a de reforçar a ação conjunta dos nossos sistemas educativo, politécnico universitário e científico na articulação com a economia e a sociedade por forma a mais rapidamente aproveitarmos das vantagens da inovação e do conhecimento.

A convergência de que necessitamos é a de trabalhar em conjunto com os **agentes do território** num pacto de desenvolvimento que envolva Governos Regionais e Autarquias, o regional e o local, num esforço de coesão, mas também numa competição pela inovação, o emprego e a modernização.

Também aqui o imperativo de uma **recuperação regionalmente equilibrada** não é apenas uma obrigação ética ou de justiça. É, claramente, uma condição para a rapidez e a sustentabilidade da recuperação.



2

AS POLÍTICAS LOCAIS NO QUADRO DA RESPOSTA AOS DESAFIOS ESTRATÉGICOS

O Partido Socialista identificou, na moção que elegeu o Secretário-Geral em 2018, quatro desafios estratégicos que Portugal precisava enfrentar de forma decidida e integrada na sua ação governativa: as alterações climáticas, a sustentabilidade demográfica, a transição digital e o combate às desigualdades. A resposta a esses desafios foi concretizada no Programa Eleitoral do PS às eleições legislativas de 2019. A crise sanitária veio interpor a urgência das políticas de saúde pública e de emergência económica, mas não retirou atualidade nem centralidade a estes quatro desafios. Pelo contrário, em algumas das suas dimensões a crise tornou-os ainda mais visíveis e mais urgentes:

- Mostrou a necessidade de repensar os cuidados nas diferentes fases do envelhecimento, dos espaços físicos à qualificação e valorização dos recursos humanos;
- Mostrou que continua a ser central assegurarmos os nossos Direitos Fundamentais, incluindo Direitos e Liberdades, e que não os podemos dar por adquiridos;
- Mostrou a necessidade de olhar com atenção para as potencialidades mas também para os riscos da crescente digitalização de múltiplas atividades, sem esquecer a necessidade de conseguir adaptar a proteção social a modalidades atípicas;
- Mostrou como a exclusão digital, por ausência de competências ou de recursos, pode criar fraturas e agudizar desigualdades de forma grosseira;
- Mostrou a necessidade de o país ser menos dependente do exterior na produção de um conjunto significativo de bens, encurtando as cadeias de abastecimento e estimulando a produção nacional;
- Expôs como os nossos padrões de mobilidade e de produção impactam nas emissões poluentes;
- Expôs ainda o paradoxo de muitos trabalhadores considerados essenciais em contexto de crise sanitária não terem essa importância devidamente reconhecida nos salários e na estabilidade do emprego.

A moção Geração 2030 sinalizou ainda a importância do poder local no desenvolvimento de melhores políticas públicas mais próximas dos cidadãos e mais eficientes. O Programa Eleitoral do PS - e, na sua sequência, o Programa do Governo - consubstanciou esta valorização do poder local defendendo uma maior participação dos municípios na receita fiscal, medida já entretanto iniciada no último Orçamento do Estado. Esta maior participação na receita fiscal, em paralelo com a transferência de competências para os municípios iniciada na última legislatura, tem um potencial profundamente transformador na valorização das políticas locais. Com competências e recursos, as autarquias locais ficam mais capacitadas para desenhar e implementar medidas locais mais adaptadas às necessidades das suas populações.

Assim, faz sentido que neste ano de eleições autárquicas reflitamos sobre como podem as políticas locais contribuir para dar resposta a estes quatro desafios estratégicos. Esta reflexão não ilude as assimetrias na magnitude que os desafios representam para cada um dos territórios nem a multiplicidade de dimensões que tendo relevância num território podem não estar presentes noutro.

2.1 Organização da governação territorial

No quadro das reformas concretizadas desde 2015, a descentralização de competências para as autarquias e a democratização da governação territorial com a consagração da eleição, por um colégio eleitoral composto por eleitos locais, dos presidentes das comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR) são dois dos principais exemplos de reforço da descentralização como pedra angular da reforma do Estado.

Esse é um caminho que deve ser continuado pelo PS, com a concretização dos seguintes objetivos:

- Prosseguir a descentralização de competências para as autarquias;
- Harmonizar as circunscrições territoriais da administração desconcentrada do Estado, pondo fim a uma dissonância territorial que prejudica a integração da atividade destas estruturas desconcentradas no território;
- Integrar nas CCDR - agora reforçadas na sua legitimidade - os serviços desconcentrados de natureza territorial, designadamente nas áreas da educação, formação profissional, saúde, cultura, ordenamento do território, conservação da natureza e florestas, bem como dos órgãos de gestão dos programas operacionais regionais e demais fundos de natureza territorial, beneficiando de serviços partilhados, tudo isto sem prejuízo da descentralização de algumas destas competências para as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas;
- Proceder à avaliação, no final de 2024, do impacto das transformações relacionadas com os processos de descentralização autárquica, aos níveis municipal e metropolitano, e com a eleição e o reforço das competências das CCDR e, na sequência dessa avaliação, promover um debate público nacional alargado sobre concretização da regionalização nos termos da constituição.

As situações de calamidade, como os incêndios florestais, e muito em especial no contexto pandémico que vivemos, deixaram patentes uma lacuna de coordenação dos serviços da administração desconcentrada, em especial na área da segurança, resultante da extinção, sem substituição, dos governos civis.

Para suprir esta lacuna foi confiada a Secretários de Estado, em acumulação com as suas funções, a missão de coordenarem em cada Região o combate à pandemia, solução que merece um balanço francamente positivo, embora seja difícil encarar como podendo ter caráter permanente.

Impõe-se assim, de par com a integração de serviços de ordenamento e desenvolvimento nas CCDR, encontrar uma resposta coerente e permanente para a coordenação nas áreas não descentralizáveis, como as funções de segurança, ou em situação de calamidade ou de exceção constitucional.

Noutro plano, o PS reafirma a importância da autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira, não só como expressão política e institucional das especificidades desses arquipélagos, mas, igualmente, como instrumento de realização de objetivos como a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social, a defesa dos interesses regionais, o reforço da unidade nacional e os laços de solidariedade entre todos os portugueses.

É por isso que, hoje como sempre, o PS se afirma, convicta e orgulhosamente, como partido proponente de uma Autonomia dinâmica, inovadora e capaz de servir cada vez mais açorianos e madeirenses. Capaz, enfim, de servir Portugal.

2.2 Alterações climáticas

O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas das Nações Unidas (IPCC) estima que até ao final do século se possa registar uma subida do nível da água do mar entre algumas dezenas de centímetros e um metro, com consequências devastadoras para muitas zonas do globo e também para algumas zonas costeiras portuguesas. Se não conseguirmos conter a temperatura média global, o número de dias de calor extremo poderá implicar uma subida de 5 para 27 dias por cada mil. A saúde e segurança das populações é também colocada em causa pelo crescimento dos eventos extremos que já hoje podemos observar.

As alterações climáticas são um desafio urgente, que deve tomar lugar pioneiro e deve ser devidamente integrado a nível nacional, regional e local. São um desafio de ontem, um desafio de hoje e um desafio de amanhã, tanto em termos de mitigação como de adaptação aos efeitos das alterações climáticas. Fazem parte de uma estratégia na qual o Partido Socialista apostou desde a primeira hora, de que não abdica e que considera fundamental para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos, no litoral ou no interior, nas cidades ou no campo.

O combate às alterações climáticas é um dos domínios onde tem sido desenvolvido muito trabalho pelas autarquias e, muito em particular, pelas autarquias socialistas. Mas é igualmente o desafio em que é maior a diversidade, a complexidade e a magnitude das medidas que se impõem. A imponência do desafio deve justificar da parte das autarquias a elaboração de planos integrados municipais, de que as autarquias socialistas foram pioneiras. A abordagem aos riscos de catástrofe, a redução de emissões e a promoção da economia circular podem e devem ser prioridades do poder local expressos na forma de planos de ação autárquicos ou intermunicipais, quando tal se justifique.

A necessidade de adaptação às alterações climáticas implica ainda que a resiliência dos territórios se faça também através do aumento da resiliência da floresta e da gestão hídrica.

Portugal foi um dos primeiros países a assumir o compromisso com a neutralidade carbónica, até 2050, com concretização no Roteiro para a Neutralidade Carbónica. Este foi um compromisso consequente, desde logo, no investimento nos transportes públicos, na qualificação da oferta e na redução tarifárias. Foi consequente também na aprovação de um Plano de Ação para a Economia Circular, com orientações nacionais e setoriais para uma transformação com impacto profundo na redução no consumo de matérias primas e, por essa via, com impacto na redução de emissões, muito em particular na indústria. E foi consequente ainda com o aumento do licenciamento para produção de eletricidade a partir de fontes renováveis e dos incentivos à mobilidade elétrica.

As políticas nacionais estão perfeitamente alinhadas com o Pacto Ecológico Europeu que definiu também o objetivo da neutralidade carbónica em 2050. Neste âmbito, importa ainda salientar o Mecanismo para a Transição Justa, que mobilizará 100 mil milhões de euros até 2027. Portugal está alinhado com a ideia de uma transição que não deixe ninguém para trás e deve maximizar o acesso a este recurso europeu por forma a garantir que os impactos sociais e económicos são mitigados.

2.2.1. Adaptação às alterações climáticas

As melhores práticas têm mostrado como é decisivo o envolvimento das comunidades locais nas políticas de adaptação às alterações climáticas. Não só pelas múltiplas visões e contributos que advêm de uma participação cívica robusta, mas acima de tudo pela importância de não deixar ninguém para trás na discussão do nosso futuro coletivo. A constituição de órgãos municipais de consulta regular poderá ser um mecanismo eficaz para garantir uma conceção participada e uma implementação partilhada de Planos Integrados de Combate às Alterações Climáticas. Em particular, o envolvimento das comunidades escolares revela-se altamente dinamizador de iniciativas, potenciando o seu alcance e eficácia.

A orientação para a ação climática deve também ter tradução na orgânica das autarquias, com a criação de unidades, departamentos e/ou pelouros que concretizem as políticas e garantam a sua transversalidade na restante ação executiva. A partilha de experiências e a concertação com os restantes municípios, em particular os vizinhos, é também uma forma eficaz de alargar iniciativas, obter coesão e garantir continuidade territorial das medidas adotadas.

Igualmente, devem ser estimulados mecanismos que permitam aferir o impacto das medidas adotadas. A estabilidade no tempo das iniciativas ganha com a projeção dos seus impactos diretos, pelo que a constituição de observatórios, formais ou informais, deve ser estimulada como forma de avaliar e comunicar a eficácia das medidas adotadas.

As tarefas de caracterização do território bem como do desenho de algumas das iniciativas requerem um nível de especialização que nem sempre está ao alcance dos municípios de menor dimensão. Também aqui deve ser explorada a simbiose entre os diferentes municípios para garantir o apoio técnico altamente especializado. A aposta nos contributos e análises das comunidades científicas deve guiar a ação autárquica, ajudando igualmente a caracterizar os efeitos previsíveis que nas próximas décadas a disrupção do clima terá nos diferentes territórios.



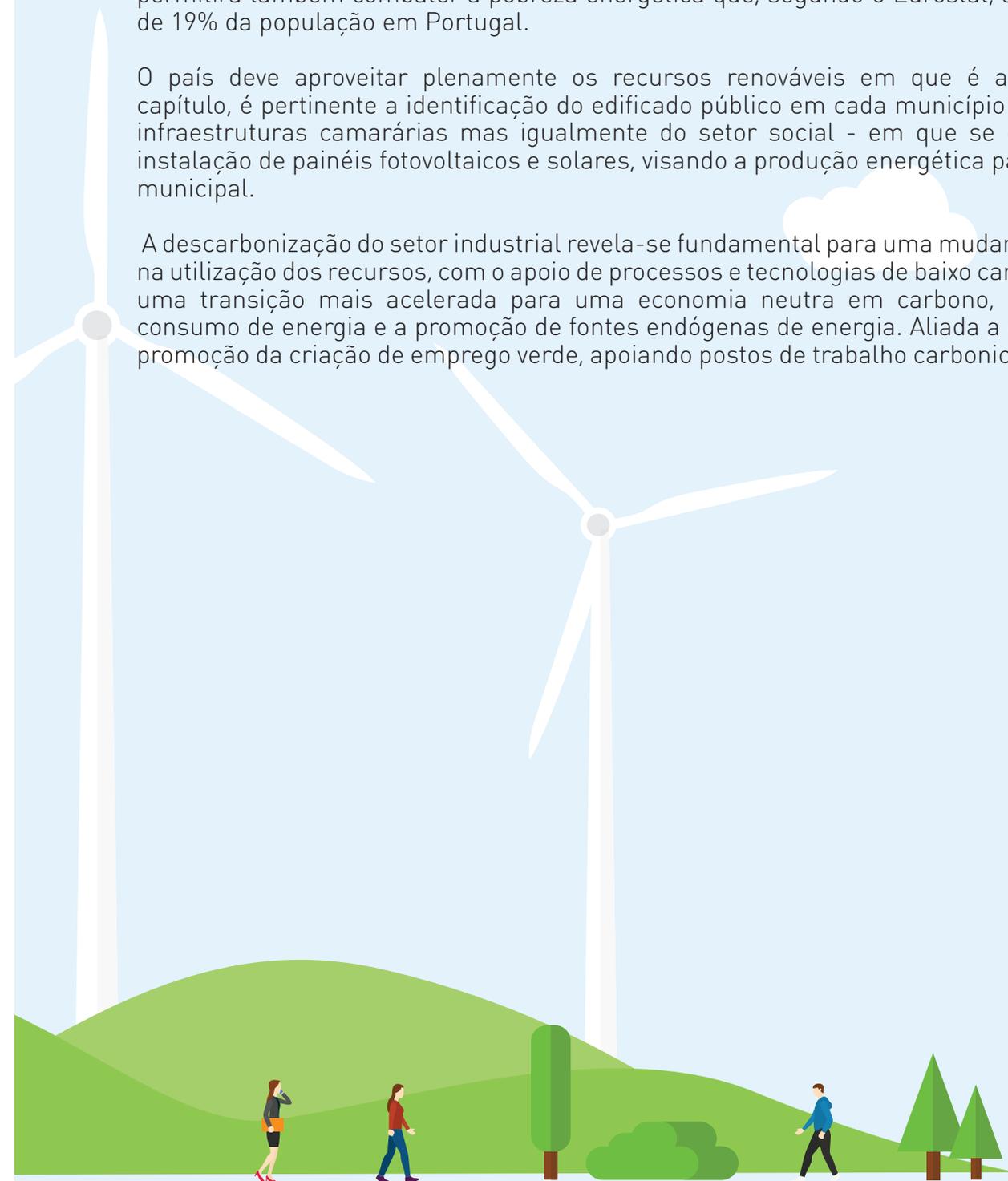
2.2.2. Transição energética verde

Uma das melhores formas de combater as alterações climáticas, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa, sem comprometer o desenvolvimento económico e o nível de conforto e qualidade de vida dos nossos cidadãos, é através da aposta na eficiência energética. Adotando comportamentos, processos e produtos mais eficientes podemos manter ou mesmo aumentar o nosso nível produtivo ao mesmo tempo que poupamos energia e recursos. E, quando se discutem os custos da energia, importa ter presente que a energia mais barata é mesmo aquela que se poupa.

Neste quadro, as autarquias podem desempenhar um papel muito relevante, quer ao nível da iluminação pública, quer ao nível dos equipamentos coletivos de responsabilidade municipal, quer ainda na concretização das suas estratégias locais de habitação, seja na conceção de novas casas mais eficientes e mais inteligentes, seja na requalificação do parque habitacional municipal, em linha com a estratégia de longo prazo para a renovação de edifícios. Este esforço permitirá também combater a pobreza energética que, segundo o Eurostat, ainda aflige cerca de 19% da população em Portugal.

O país deve aproveitar plenamente os recursos renováveis em que é abundante. Neste capítulo, é pertinente a identificação do edificado público em cada município - principalmente infraestruturas camarárias mas igualmente do setor social - em que se deve promover a instalação de painéis fotovoltaicos e solares, visando a produção energética para autoconsumo municipal.

A descarbonização do setor industrial revela-se fundamental para uma mudança de paradigma na utilização dos recursos, com o apoio de processos e tecnologias de baixo carbono, garantindo uma transição mais acelerada para uma economia neutra em carbono, uma redução do consumo de energia e a promoção de fontes endógenas de energia. Aliada a esta pode estar a promoção da criação de emprego verde, apoiando postos de trabalho carbonicamente neutrais.



2.2.3 Reforço da aposta na mobilidade sustentável

The background of the page is a light teal color. It features a circular arrangement of various icons representing sustainable mobility and energy. These include wind turbines, solar panels, a satellite, a modern train, a bus, a car, a bicycle, a person walking, and various buildings. The icons are rendered in shades of green, blue, and white, creating a clean and modern aesthetic. A large, semi-transparent green circle is overlaid on the right side of the page, containing text.

A alteração dos modos de mobilidade é crucial para a descarbonização das nossas cidades. Assim, deve ser prosseguido o percurso de melhoria de atratividade dos transportes coletivos, tanto na oferta como na modernização da bilhética bem como os serviços de mobilidade suave devem ser reforçados nos transportes públicos. Adicionalmente deve ser promovido o aprofundamento da eletrificação da maioria dos transportes públicos.

Afigura-se ainda indispensável que a política de transportes tenha como requisitos de uma mobilidade sustentável parâmetros como viagens pendulares menos extensos, potenciando desde já o uso dos transportes públicos, mas também o uso da mobilidade suave.

Deve ainda ser promovido o aumento das vias de transporte público ou até em complementaridade. Na promoção da mobilidade suave a criação ou alargamento de serviços de partilha de bicicletas e aquisição de bicicleta própria.

A aposta no serviço público de transporte de baixa densidade onde o transporte público não é suficiente assume uma relevância fundamental. Em zonas com necessidades destas populações, esse serviço deve ser reforçado e em idade escolar.

A utilização destes meios de transporte público e bicicleta, pode estar associada a uma cultura de cidadãos, presentes e futuros, que se torna um instrumento para uma melhor qualidade de vida das cidades.

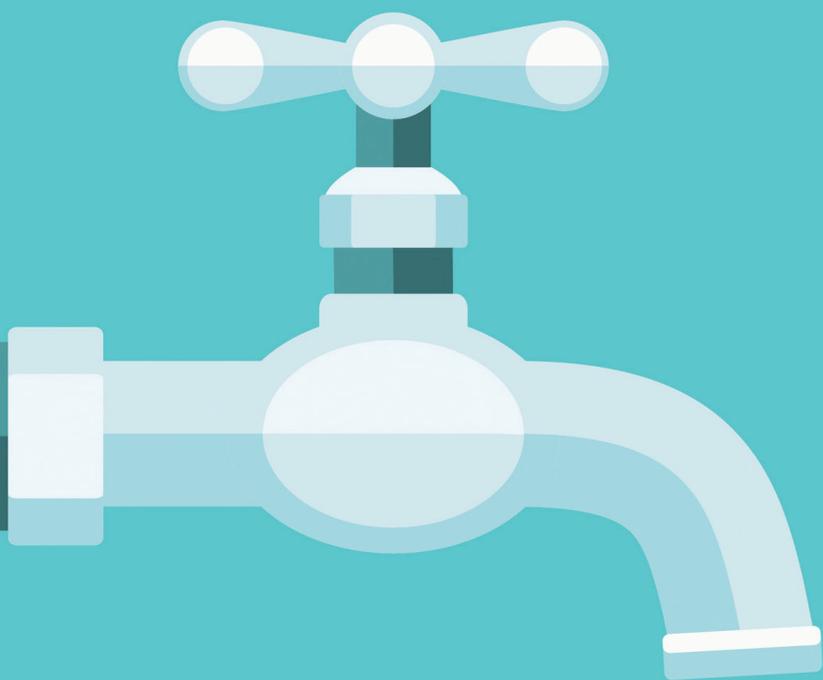
dos padrões é crucial para a nossas sociedades, mas a melhoria da qualidade de vida nas cidades deve ser prosseguido e aprofundado o desenvolvimento da atividade dos transportes públicos não apenas no tarifário. A simplificação e a melhoria, como a sua articulação com outros serviços, devem ser apostas para a promoção do uso do transporte público. Este ponto, revela-se essencial a continuação e melhoria do transporte público coletivo.

A política de habitação seja articulada com os transportes públicos para que a prazo possamos ter percursos de habitação dessa forma não apenas o uso dos transportes públicos, mas também de suave, como por exemplo bicicletas.

As vias cicláveis, assente na estratégia nacional de promoção do uso da bicicleta devem ser ponderados e apoiados por mecanismos de incentivo à partilha ou mesmo mecanismos de incentivo à

parte de passageiros flexível em territórios de transporte público coletivo e o transporte individual não deve ser fundamental, por forma a dar resposta essencialmente à população envelhecida

transporte, seja autocarro, comboio, deve ser dada a benefícios para todos os utilizadores, diretos e indiretos, sendo a melhoria da qualidade de



2.2.4. Promoção de uma melhor gestão hídrica

A seca, num país como Portugal, é um fenómeno muito presente, pelo que travar o aumento da escassez de água é essencial, de forma a assegurar a resiliência dos territórios do Algarve, Alentejo e Madeira. É necessário o desenvolvimento de estudos de prospetiva no sentido de enquadrar as situações de risco, de forma a poder encontrar uma estratégia de resposta integrada a estas e garantindo soluções alternativas de armazenamento estratégico de água.

Importa, por isso, proceder a uma gestão integrada e circular dos recursos hídricos, procurando reduzir as percentagens de perdas de água, aproveitando igualmente o tratamento de águas residuais e a dessalinização da água do mar. De igual modo, a utilização de águas residuais tratadas para a rega de espaços verdes, e outros usos que não o consumo, é uma boa prática que se deve generalizar.

O desenvolvimento da sociedade digital deve estar intimamente ligado ao combate às alterações climáticas, podendo recorrer-se à utilização de tecnologia que permita ganhos de eficiência na gestão da água e na sua utilização e na racionalização de um bem cuja escassez tende a agudizar.

2.2.5. Promoção da extensão dos espaços verdes

Os espaços verdes em meio urbano são um instrumento importante pelo seu potencial enquanto sumidouros de carbono e enquanto criadores de zonas de sombra dentro das cidades, além do seu impacto objetivo na qualidade de vida dos cidadãos. A extensão dos espaços verdes deverá ser feita com recurso a espécies autóctones e com reduzidas necessidades de água. Devem ser exploradas várias alternativas para o aumento dos espaços verdes, incluindo as coberturas dos edifícios e jardins verticais.

Deve ser igualmente tido em consideração um modelo agro-silvo-pastoril no sentido de garantir um maior aproveitamento desta complementaridade de funções no território, que pode revelar-se de extrema importância no desenvolvimento das atividades económicas a nível nacional e regional.

Deve ser promovida uma mudança dos modelos de ocupação e gestão dos solos que favoreçam a adaptação do coberto vegetal às novas condições climáticas, que apoiem o restauro dos ecossistemas, que assegurem uma acumulação de longo prazo de carbono atmosférico e que, simultaneamente, promovam o crescimento sustentável e a valorização do capital natural desses territórios. Devemos, por isso, apostar na plantação de árvores com necessidades de baixa necessidade de água e na criação de espaços verdes que sejam verdadeiros sumidouros de carbono e permitam áreas melhor climatizadas.

2.2.6. Ciclos de vida dos recursos - Economia circular

Os recursos existentes têm uma finitude, pelo que a sua utilização eficiente e ponderada deve ser devidamente acautelada, garantindo-se a sua redução, reutilização, recuperação e reciclagem.

A diminuição de deposição de resíduos em aterros deve ser efetivamente prosseguida, não só pela via fiscal, mas também numa lógica de incentivos que promovam uma maior atenção ao ciclo de vida dos produtos através da sua reutilização.

Deve ser feita uma forte aposta para cumprimento das metas de reciclagem de resíduos urbanos, incluindo biorresíduos que representam um passo fundamental na gestão de resíduos. A melhoria da reciclagem de biorresíduos vai reduzir a dependência de aterros e incineradoras, melhorará a gestão do solo, contribuirá para a descarbonização e reduzirá a dependência de fertilizantes minerais importados.

Foram definidas novas metas de preparação para a reutilização e reciclagem para 2025 (55%), 2030 (60%) e 2035 (65%), estabelecendo uma visão clara e ambiciosa no sentido de potenciar e garantir a melhor gestão dos resíduos urbanos.

Nesse sentido, e tendo em consideração que quanto mais se poluir mais se pagará, mecanismos para promover a separação na origem e aumentar as taxas de recolha seletiva podem revelar-se como essenciais (Pay-As-You-Throw) na promoção de uma responsabilidade partilhada, sendo igualmente necessário tomar em conta os valores da reciclagem, envolvendo as comunidades e dando conhecimento da evolução da mesma.

A utilização partilhada de bens deve ser incentivada, na medida em que tal permitirá um menor consumo, uma menor escassez e uma melhor utilização dos recursos que se colocam ao nosso dispor.



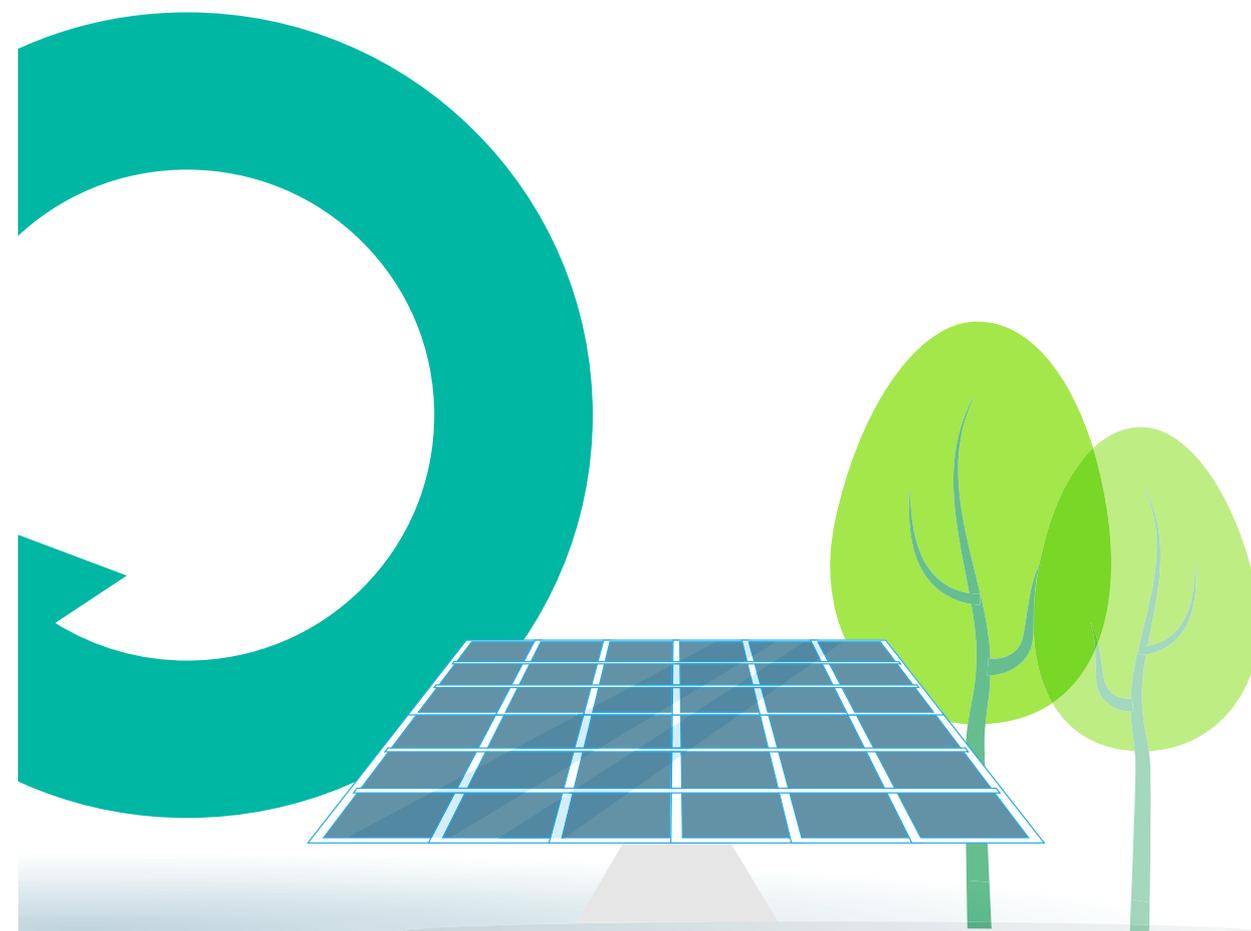
2.2.7. Agricultura e alimentação

A agricultura é um setor estratégico na economia nacional, na valorização do território e na resposta a desafios que marcam os nossos tempos, como os efeitos das alterações climáticas e a garantia de alimentos seguros e de qualidade, devendo contribuir, de forma clara, para a promoção do bem-estar e da sustentabilidade da sociedade portuguesa.

Uma agricultura que será cada vez mais sustentável e competitiva, assente no uso eficiente dos recursos, na proteção da biodiversidade, dos solos e da água, com mais conhecimento e inovação, assegurando a democratização no acesso a esta por parte de todos os agricultores.

O desenvolvimento equilibrado da agricultura passa pela redução das assimetrias no acesso aos apoios da Política Agrícola Comum, por assegurar a democratização no acesso ao conhecimento e inovação por parte de todos os agricultores e por uma atenção redobrada aos agricultores de pequena e média dimensão, às zonas vulneráveis e aos sistemas de produção menos intensivos e assentes na valorização de recursos locais e na diferenciação dos produtos.

Uma atenção particular deverá ser dada no âmbito das políticas locais ao reforço do apoio ao desenvolvimento de cadeias curtas pela relevância que podem ter na valorização das produções locais e dos pequenos produtores, numa alimentação equilibrada e saudável e na redução do desperdício.



2.2.8. Áreas protegidas e biodiversidade

O desígnio da biodiversidade traz consigo a valorização do território e assume especial relevo no contexto das alterações climáticas, devendo prosseguir-se objetivos de sustentabilidade na utilização e afetação dos recursos biológicos e geológicos, através da minimização dos impactos e da valoração dos serviços dos ecossistemas em toda a cadeia produtiva, na perspectiva de uma economia mais circular para a manutenção e promoção da diversidade biológica.

Protegendo-se a biodiversidade com ações que permitam a sua recuperação e regeneração e valorizando o capital natural e local dos territórios, a coesão territorial, social e intergeracional terão um lugar mais presente.

Em alinhamento com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, a cogestão das áreas protegidas, com a expressa intervenção dos municípios, é absolutamente fulcral dado o conhecimento específico do território, garantindo ganhos na promoção, sensibilização e comunicação dos valores naturais territoriais.





2.3 Demografia

O desafio da demografia caracteriza-se por uma tendência dos países desenvolvidos que registou em Portugal uma expressão particularmente acentuada. A crise das dívidas soberanas e a política de austeridade que se lhe seguiu intensificaram a emigração e a insegurança económica de todas as gerações, levando ao adiamento de projetos de vida.

A tendência de envelhecimento da população tem impactos profundos que importa minimizar. O índice de envelhecimento mais do que duplicou nas últimas três décadas. Esta dinâmica coloca desafios em inúmeras áreas. Por exemplo, a Comissão Europeia estima que a despesa em saúde suba de 5,9% do PIB em 2016 para 8,6% em 2070, apenas devido às alterações demográficas.

A criação de emprego e o investimento em equipamentos sociais realizado entre 2015 e 2019 permitiu a recuperação de alguns indicadores. O índice sintético de fecundidade subiu de 1,31 em 2015 para 1,43 em 2019, ainda assim muito longe dos 2,15 de fecundidade desejada pelas famílias. Contudo, a precariedade que ainda subsiste, os salários baixos de grandes franjas da população, a dificuldade no acesso à habitação e a penalização profissional da maternidade continuam a limitar os projetos de vida das jovens famílias. A idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, apesar da recente desaceleração, cresce continuamente tendo atingido os 29,9 anos em 2019.

Atuar sobre a natalidade pode promover alguma melhoria dos indicadores mas não resolverá os problemas demográficos que nalguns casos já se fazem sentir e limitam o desenvolvimento social e económico do país. Importa, pois, ter uma política que favoreça não apenas o regresso de portugueses que tenham emigrado, mas também uma política de acolhimento que favoreça os fluxos migratórios regulados, em segurança e com dignidade. As políticas dos últimos anos contribuíram de forma decisiva para passar de um saldo migratório de -10 mil em 2015 para um saldo de +44,5 mil em 2019.

Tanto a promoção e gestão das respostas sociais, tão relevantes para promover a segurança das famílias na constituição dos seus projetos de vida, como as políticas de integração podem e devem ter um contributo das autarquias. Também neste domínio há muito exemplos de boas práticas nas autarquias socialistas.

Os últimos anos foram marcados pelo aumento das condições para a realização dos projetos de vida dos jovens portugueses. A criação de emprego, o crescimento dos salários e a redução da precariedade são fatores potenciadores de segurança económica. O aumento do abono de família, o aumento das vagas em creches e os manuais escolares gratuitos foram outros dos elementos potenciadores. No envelhecimento, os aumentos extraordinários das pensões, a melhoria do acesso à saúde e o aumento das respostas sociais foram determinantes para uma melhoria da qualidade de vida.

O PRR reconhece a complexidade e a escala da tarefa que a evolução demográfica nos impõe. Por isso estão previstos mais de 800 milhões de euros para o aumento das respostas sociais, tanto na infância como na velhice, além do investimento previsto para equipas domiciliárias. Também na componente da saúde está prevista a criação de equipas multidisciplinares que permitam prestar cuidados ao domicílio que se somam aos restantes investimentos na melhoria do acesso aos cuidados de saúde primários e no aumento da Rede de Cuidados Continuados Integrados.

2.3.1. Atração de investimento criador de emprego para os territórios

Um dos fatores mais decisivos para a fixação de populações é o dinamismo social e económico dos territórios e a consequente criação de emprego. Um dos maiores desafios que se coloca às autarquias é a capacidade de serem diferenciadores nos mecanismos de atração de investimento e também das populações.

Todos os territórios são territórios de oportunidades, sendo necessário identificar os recursos e potencialidades locais que importa mobilizar para tornar o território mais atrativo para empresas e para pessoas. Importa salvaguardar que o investimento captado promove oportunidades de emprego estável e que fomentem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, garantindo qualidade de vida.

A captação de inovação para os territórios terá ainda de ser complementada com respostas públicas adequadas ao crescimento populacional e económico, e garantir um acesso de qualidade aos serviços públicos. Tal significa que a atração de investimento passa igualmente pela contratação e fixação de profissionais dos serviços públicos nestes territórios.

O reforço do dinamismo da economia social, já hoje responsável por uma relevante posição na criação de emprego e valor, poderá ter um relevante papel na promoção da coesão territorial.



2.3.2. Melhoria do acesso à habitação

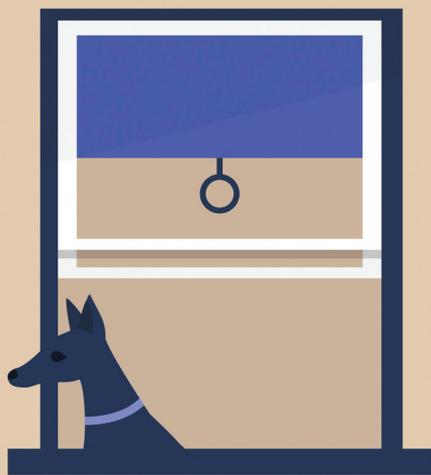
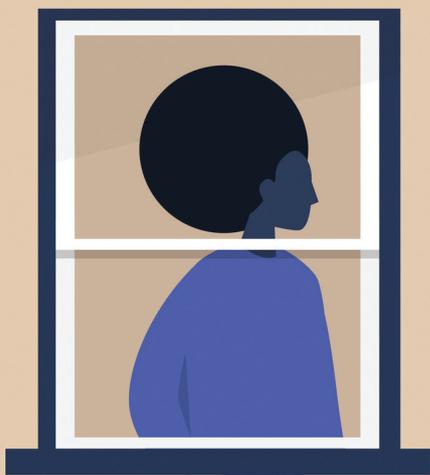
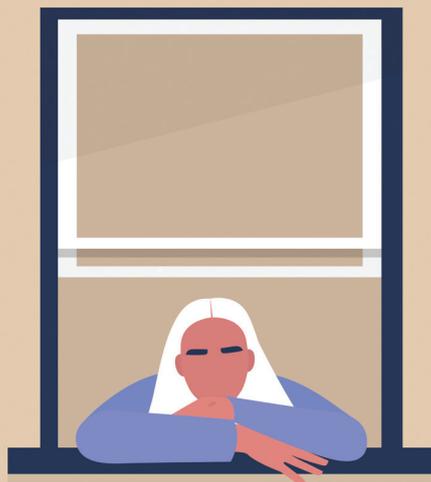
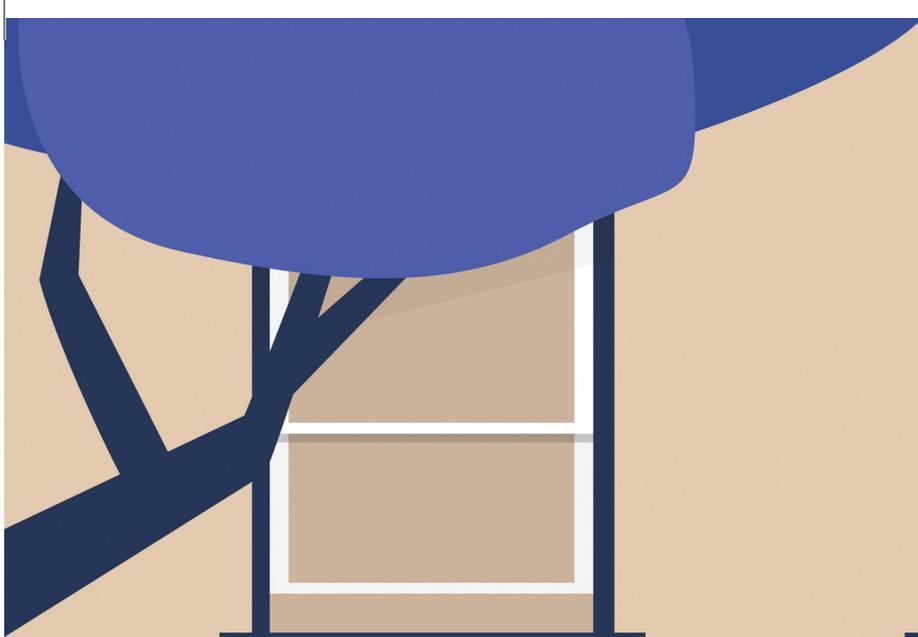
A crescente pressão a que assistimos no mercado habitacional é comum a muitos territórios e tem vindo a constituir-se como entrave à decisão dos projetos de vida dos jovens. É necessário criar mecanismos de apoio e facilitação do acesso dos jovens a soluções de habitação, em particular arrendamento, procurando dessa forma garantir condições para a sua fixação.

É igualmente necessário garantir respostas de habitação nos territórios de baixa densidade para assegurar condições na captação de profissionais qualificados para exercer funções essenciais na área da saúde, educação, administração pública, entre outras. Apenas o reforço e diversificação das respostas de habitação permitirá garantir condições de maior atratividade nestes territórios.

2.3.3. Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

As políticas públicas para responder ao desafio demográfico devem contribuir para que todas as famílias possam ter os filhos que querem ter. Para isso contribuem, em larga medida, políticas de âmbito nacional que combatam a precariedade laboral e habitacional, políticas sociais que conduzam a uma melhor partilha de responsabilidades entre homens e mulheres e políticas que promovam práticas empresariais que assegurem a conciliação entre estas três dimensões da vida.

A articulação entre políticas de âmbito nacional e políticas locais é fundamental, uma vez que as políticas locais são estruturantes na organização de vida, um dos elementos fundamentais das políticas de conciliação: boas políticas de mobilidade que facilitem as deslocações curtas entre casa, trabalho e escolas; a existência de uma rede de apoio de equipamentos de apoio à família, de escola a tempo inteiro e de apoio à ocupação dos tempos livres das crianças são respostas que promovem a conciliação e facilitam a vida das famílias. A rede de creches e a rede de pré-escolar que permita a universalização das respostas à infância, bem como a adequação dos horários às necessidades dos territórios, são elementos fundamentais da resposta à infância e às famílias.



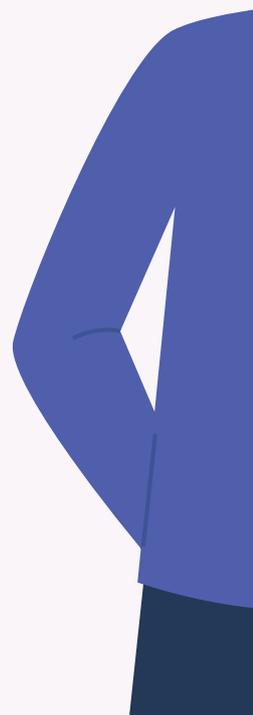
2.3.4. Melhoria das respostas sociais, de saúde e culturais

Por forma a garantir condições atrativas para a fixação de pessoas nos territórios, é necessário dotá-los de respostas públicas consistentes, acessíveis e estimulantes. O reforço dos serviços públicos e da dinamização cultural dos territórios é um fator determinante na consolidação de uma estratégia de atração das localidades. A promoção do acesso a creches e educação pré-escolar, a promoção do acesso a respostas de saúde de qualidade, educação pública de qualidade e redes de apoio social consolidadas são valorizadas para as decisões dos projetos de vida. Os territórios que se consigam afirmar de forma diferenciadora nestes domínios estão não só a criar melhores condições de vida para os cidadãos locais como estão também a melhorar a sua capacidade para a captação e fixação de populações.

Também os espaços culturais e de lazer são fatores de atratividade e promoção de qualidade de vida que devem ser valorizados pelos municípios como fonte de valorização da riqueza cultural do país. Portugal realizou, ao longo de vários anos, importantes investimentos na estruturação de equipamentos culturais, como teatros, cineteatros, museus e centros de arte contemporânea, bibliotecas e arquivos, existindo, hoje, uma rede que abrange todo o território nacional. Não obstante, persistem até hoje importantes défices resultantes da acelerada evolução tecnológica e digital, a qual não foi acompanhada, no âmbito das redes culturais, por investimentos significativos na modernização e capacitação tecnológica dos respetivos equipamentos.

Ao nível do património cultural os desafios são semelhantes. Portugal tem um riquíssimo e vasto património artístico e cultural, mas persistem défices no plano da sua conservação e da sua digitalização e oferta de formatos digitais, com impactos negativos ao nível do acesso, circulação e divulgação nacional e internacional de arte, literatura e património português.

É fundamental investir nestes equipamentos culturais e no nosso património, ampliar o seu potencial de chegar a mais pessoas, incrementar o seu papel como âncoras de desenvolvimento económico, coesão territorial e social. Este é um objetivo que deve nortear uma cada vez maior cooperação entre o Estado e os municípios, atuando de forma a promover a cultura como eixo central do desenvolvimento territorial e pilar fundamental da qualidade da democracia.



2.3.5. Atração de uma imigração regulada, com direitos, com dignidade e em segurança

Num momento em que os territórios de baixa densidade populacional promovem medidas de fixação de população jovem e promoção da natalidade, sabemos que esse investimento produz efeitos de forma lenta e gradualista, e importa por isso criar estratégias eficazes para o combate à desertificação que se evidencia de forma particular nalguns territórios.

A atração de imigrantes promove o dinamismo económico e dota os territórios de uma riqueza cultural que pode e deve ser capitalizada na promoção de novas oportunidades no território. Considerando a mais valia da fixação de populações imigrantes nestes territórios, importa facilitar mecanismos que promovam migrações seguras, ordenadas e regulares, procurando garantir a captação de pessoas de forma regular, retirando a margem de atuação das redes de imigração irregular e de exploração laboral e, desta forma, potenciando respostas de integração no mercado laboral e habitacional condignas.

Estes mecanismos deverão ser reforçados pela informação sobre direitos e deveres, e sobre os processos de integração e legalização dos fluxos migratórios, como também respostas de integração que comecem pela aprendizagem da língua portuguesa e se estendam à participação cívica e política.

Nas autarquias socialistas, os imigrantes serão sempre vistos como pessoas com direitos. É também aqui que o Partido Socialista rejeita visões xenófobas e egoístas em relação aos imigrantes que procuram no nosso País uma vida melhor, como tantas vezes os portugueses o fizeram no estrangeiro.



2.3.6. Promoção do envelhecimento ativo e saudável

A pandemia veio mostrar que a generalidade das sociedades desenvolvidas não está bem preparada para lidar com o envelhecimento das suas populações. É fundamental apostar num envelhecimento ativo e saudável que minimize ou retarde o surgimento de doenças crónicas, como é também fundamental aprofundar medidas de política pública que permitam retardar a institucionalização e, quando inevitável, melhorar a qualidade da institucionalização dos mais velhos.

A dinâmica de envelhecimento e a reflexão em torno do impacto social da pandemia deverão levar a uma reavaliação das respostas sociais mais adequadas, privilegiando as respostas de proximidade e o apoio domiciliário integrado.

O envelhecimento ativo e saudável promove-se com hábitos de vida saudável durante a vida ativa, sendo as autarquias essenciais para a promoção da atividade física e desportiva, das zonas de lazer e dos equipamentos de apoio à atividade física, promoção da alimentação saudável e de espaços que promovam a vida comunitária.

É necessário um forte investimento na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados para melhorar a qualidade de vida desta população. Deve ser feita uma forte aposta nos cuidados domiciliários, criando condições para a autonomia nos seus domicílios e fomentando a vigilância ao nível da saúde.

O poder local está em melhores condições que ninguém para criar dinâmicas com essa faixa etária, como já vai acontecendo em muito casos. Porventura, exige-se um aprofundamento destas dinâmicas não só no número de envolvidos como também nas atividades promovidas, valorizando a atividade física mas também social e cultural. É preciso mobilizar esforços para romper ciclos de isolamento que se terão intensificado com a pandemia.

As tecnologias estão cada vez mais presentes no nosso quotidiano e importa garantir que os mais velhos não ficam excluídos. Formações digitais e tecnológicas para a comunidade sénior podem ser medida de sucesso na promoção do envelhecimento ativo. Pelo seu conhecimento do território e das populações, as autarquias estão em condições de ser os dinamizadores preferenciais deste tipo de iniciativas.



2.3.7. Correção das assimetrias estruturais

Para garantir a atratividade dos territórios, não só para investimento mas também para a construção de projetos de vida, é essencial garantir que os territórios são dotados de respostas fundamentais como seja o acesso a sistema de saneamento eficiente, a redes de comunicações e a infraestruturas de mobilidade, que começa com a pavimentação de vias para acesso fácil aos serviços, a uma rede de estradas e transportes adequada e que permitam uma maior qualidade de vida aos residentes.

A conectividade digital é hoje quase tão relevante como a física. A persistência de profundas assimetrias na cobertura das redes de comunicações limita o potencial de desenvolvimento de inúmeras regiões do país e é um entrave à coesão territorial. Neste contexto, importa valorizar o esforço de investimento nos diferentes quadros financeiros previstos – do PRR, ao QFP e no próprio leilão do 5G – que ambiciona que a conectividade deixe de ser um fator de discriminação entre territórios e um obstáculo à sua competitividade, bem como contributo das autarquias para a definição da rede que está previsto no leilão da tecnologia 5G.

Estas respostas são fundamentais para corrigir assimetrias de fundo que tornam os grandes aglomerados urbanos mais atrativos e dinâmicos. Num momento em que a situação pandémica veio evidenciar as mais valias dos territórios mais rurais, esta é uma aposta essencial para assegurar maior atratividade e fixação de pessoas.



2.4 Transição Digital

A revolução digital que vivemos é não só inevitável como tem inúmeras e complexas consequências. Importa, pois, que as políticas públicas, nacionais e locais, consigam não só potenciar as suas virtualidades, como também minimizar as suas externalidades negativas.

A transição digital pode simplificar o acesso a bens e serviços e, simultaneamente, tem o potencial de criar bolsas de exclusão em função das competências digitais. Pode reduzir a relevância das distâncias físicas, mas também tem o potencial de discriminar territórios e populações em função da conectividade ou da sua ausência. Pode criar empregos altamente qualificados, mas também pode aprofundar os sentimentos de exclusão da população desempregada ou cuja progressão se encontre estagnada em função dos baixos níveis de qualificações e competências.

O progresso que Portugal registou nas últimas décadas foi acompanhado de profundas assimetrias. Os nossos jovens têm competências digitais acima da média europeia (86% vs 79%) mas quando observamos o segmento da população entre os 55 e os 64 anos constatamos que apenas 28% dos indivíduos têm competências digitais, o que compara com 40% na média europeia. Estes dados são particularmente relevantes quando consideramos que, de acordo com a OCDE, 14% dos atuais empregos serão completamente automatizados e 32% sofrerão alterações profundas na laboração.

A integração plena da geração mais qualificada de sempre é um desafio a que o país não deve poupar esforços. Portugal é o terceiro país da UE em que mais jovens sabem programar e temos 17,2% de cientistas e engenheiros na população ativa entre os 25 e os 34 anos, acima dos 10,7% da média europeia. O incremento do trabalho remoto veio abrir uma oportunidade que importa aproveitar para uma melhor distribuição geográfica da retenção de mão de obra qualificada.

As medidas de política pública para responder a estes desafios são muitas vezes da responsabilidade do governo central. Mas bem sabemos, quando olhamos para o trabalho desenvolvido pelos autarcas socialistas, como a proatividade, o conhecimento dos territórios e a proximidade às populações são fatores decisivos para a articulação indispensável ao sucesso das medidas no terreno. Também é reconhecido o papel decisivo das autoridades locais na promoção do empreendedorismo, com resultados visíveis na captação de investimento e na criação de emprego jovem. E ainda na promoção da escola digital, tanto investindo em equipamentos e competitividade, como enriquecendo o currículo e as atividades extracurriculares com formação em programação.

Os governos do Partido Socialista têm desenvolvido um conjunto de políticas públicas de promoção da Investigação e Desenvolvimento, bem como de transferência de conhecimento entre a academia e o tecido empresarial, corporizada em impactos notórios nos ganhos de quota de mercado das exportações de bens e serviços portugueses. Adicionalmente, o empreendedorismo tem sido estimulado em parceria com as autarquias e as instituições de ensino superior.

2.4.1. Competências digitais

A descentralização de competências na área da educação é uma oportunidade para que as autarquias possam ponderar formas complementares de adaptação das escolas ao desafio digital com um alinhamento com o perfil sócio-económico dos territórios em que se inserem. Devem ser fomentadas atividades curriculares e extra-curriculares que permitam uma proximidade dos alunos com as ferramentas digitais, envolvendo-os ativamente na atualização tecnológica das suas comunidades. Paralelamente ao investimento que já é feito pelo Governo, o investimento dos municípios na educação e nas qualificações e, em particular, na sua orientação para o desafio digital, tem todas as condições para ser um investimento com elevado retorno.

O desenvolvimento de iniciativas no âmbito da cidadania digital pode igualmente ser uma ferramenta interessante não apenas para promover as competências digitais mas também para envolver os cidadãos numa governação participada. Os meios digitais abrem novas oportunidades para o estímulo de iniciativas dos munícipes, através de mecanismos de participação democrática no desenho e desenvolvimento de políticas públicas locais. O estabelecimento destas novas plataformas deve estar associado a procedimentos de transparência que potenciem o escrutínio e a acessibilidade das tomadas de decisão ao nível municipal, permitindo o acesso digital a todos os regulamentos locais, às deliberações dos órgãos autárquicos e às propostas municipais em consulta pública.



Estas iniciativas deverão ser acompanhadas de ações de sensibilização e formação para a importância da proteção de dados e da cibersegurança, criando estruturas e comunidades digitais capazes e resilientes. A par de tais políticas, é importante que os municípios prossigam com a criação e expansão de zonas de acesso gratuito à internet, pois tal pode constituir também um mecanismo importante para reduzir as desigualdades de acesso e promover a coesão territorial.

Este investimento continuado em competências digitais não pode ser circunscrito, contudo, à necessária renovação programática e tecnológica da escola pública. A pandemia do novo coronavírus deixou explícitas as carências formativas de franjas significativas da população, que extravasam largamente as faixas etárias mais jovens. Com efeito, quer na Administração Pública, quer no setor privado e social, ficou clara a necessidade de investimento sustentado e continuado na formação de quadros no que concerne às suas competências digitais.

Por fim, é preciso combater os fenómenos de exclusão digital e assegurar que a transição que o país atravessa não deixa ninguém para trás. Nesse sentido, é importante destacar e promover o papel das tecnologias digitais no envelhecimento ativo, onde a tecnologia se assume facilmente como um fator de encurtamento de distâncias e de aproximação de famílias e comunidades. Os novos meios digitais devem ser igualmente aproveitados para incentivar o envolvimento de populações estrangeiras, promovendo a sua aplicação e fazendo uso da sua multifuncionalidade para a integração destes cidadãos nas comunidades locais.



2.4.2. Articulação com a comunidade científica e o tecido empresarial local

A capacidade para articular, de forma dinâmica, o tecido empresarial local com as instituições escolares, de ensino superior e as instituições científicas pode ser decisiva para a competitividade da economia local. Devem ser ponderadas diversas formas de conseguir gerar estas dinâmicas, como sejam a criação de parques empresariais, de estruturas municipais ou intermunicipais de aceleração ou de incubação tecnológica, ou ainda a constituição de conselhos ou estruturas consultivas que agreguem os diferentes interlocutores. A criação de polos de inovação digital poderá estimular a adoção de tecnologias digitais avançadas por parte das estruturas empresariais, em especial pequenas e médias empresas, através do desenvolvimento, teste e experimentação dessas mesmas tecnologias. Esta interação pode revelar-se decisiva na identificação de fatores limitadores da captação de investimento ou de crescimento das empresas como sejam a adequação da formação da população ativa às necessidades do tecido empresarial local.



As autoridades locais, devido ao seu conhecimento mais acurado das dinâmicas territoriais e dos desafios e potencialidades das populações, encontram-se numa posição privilegiada para poderem identificar e fomentar novas oportunidades de desenvolvimento económico. A criação de redes de mentoria e de programas de interligação entre o tecido empresarial local e as entidades formadoras de competências digitais pode alavancar as qualificações e potenciar o empreendedorismo tecnológico. Estes programas poderão também ter a capacidade de envolver outros atores locais, desde as indústrias transformadoras ao comércio e serviços tradicionais, passando pela escolas e serviços públicos municipais, contribuindo para a redução de custos de contexto e para o desenvolvimento do comércio digital.

A generalização de novas formas de trabalho, motivadas pelo surgimento de novas tecnologias serão, seguramente, uma oportunidade para a retenção e captação de recursos humanos altamente qualificados em territórios de baixa densidade populacional que, podendo desenvolver a sua atividade económica à distância, procuram e ambicionam modos de vida mais sustentáveis associados a uma elevada qualidade de vida. Este potencial fluxo de novos munícipes implicará um desafio para o ordenamento territorial, não só ao nível da capacidade de cobertura das redes mas também da capacidade de resposta dos serviços públicos locais - mas representará, se bem aproveitado, uma oportunidade de regeneração populacional e de redução de assimetrias territoriais.



2.4.3. Cidades inteligentes

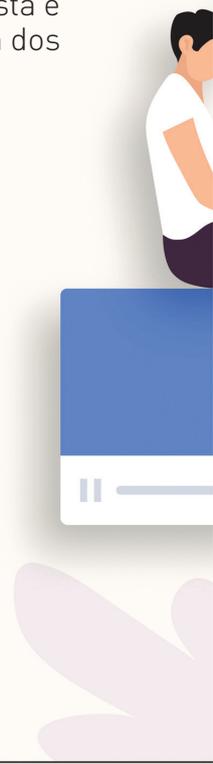
Cidades inteligentes são cidades mais eficientes na gestão dos recursos, sejam estes financeiros ou naturais. A aposta na formação de territórios inteligentes e na criação de uma rede de cidades inteligentes é uma prioridade identificada pelo Governo para o desenvolvimento dos territórios, tendo presente a necessidade de incentivar intervenções integradas de desenvolvimento urbano sustentável que visem a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações.

A incorporação de mecanismos inteligentes de apoio à tomada de decisão requer, antes de tudo, o investimento em tecnologia eficiente, como a instalação de sensores que permitirá uma ação temporalmente mais ajustada e, nos casos em que seja possível, a automação poderá ainda permitir uma resposta automática e mais sustentável em função de indicadores observados, como por exemplo na rega ou na iluminação pública. Por outro lado, é importante que, para além das operações concretas dos diferentes setores da governação municipal, seja construída a capacidade de processamento de dados em larga escala, de forma a assegurar a interoperabilidade entre os sistemas. Só essa interoperabilidade permitirá resolver problemas complexos como o melhor planeamento de rotas de transporte público ou o controlo das luminárias nas vias pedonais e cicláveis.

Esta orientação para cidades mais inteligentes obrigará certamente a um esforço de qualificação dos recursos humanos que é indispensável para que todos se envolvam e participem nesta transformação urbana, desde logo os trabalhadores municipais. O desenvolvimento de novos recursos digitais de gestão e de interligação implicará um novo desafio na plena adaptação e usufruto por parte de toda a comunidade.

Tal como exemplificado pelo sucesso do modelo dos Espaços Cidadão e tendo presente as novas competências adquiridas no âmbito da descentralização, as autoridades locais poderão reforçar a aposta na criação de novos serviços em balcão único, evitando a deslocação a vários serviços administrativos, combatendo igualmente a exclusão digital.

A utilização de ferramentas digitais para o reporte de ocorrências no espaço público pode revelar-se também um instrumento importante não apenas para a rápida identificação de problemas, mas também para melhorar a perceção dos cidadãos quanto à resolução dos seus contratemplos quotidianos. O estabelecimento de uma ligação direta com as autoridades locais de gestão urbanística e de proteção civil permitirá também reduzir tempos de resposta e agilizar o desenvolvimento de soluções, contribuindo assim para um aumento da confiança dos cidadãos na capacidade das instituições.



2.4.4. SIMplex local

Os cidadãos e as empresas precisam de procedimentos administrativos mais simples, mais transparentes e menos burocráticos.

A Administração Pública, incluindo as autarquias locais, deve reduzir ao mínimo as licenças e os procedimentos que criem custos ou que impliquem um gasto desnecessário de tempo. As autarquias locais socialistas devem comprometer-se com quatro tipos de metas quantificadas e ambiciosas para I) eliminar licenças e procedimentos, II) criar novos serviços ao cidadão prestados por iniciativa da autarquia, sem necessidade de este ter de os requerer/solicitar, III) eliminar deslocações para realização de procedimentos/praticar atos, aceitando-se a utilização de meios eletrónicos e para IV) criar novos serviços prestados a cidadãos seniores no seu domicílio ou noutros locais escolhidos por estes, indo a autarquia ao seu encontro em vez de este ter de se deslocar aos serviços públicos.

É preciso, com base num diálogo entre o Governo, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias, uniformizar procedimentos e práticas administrativas, utilizando as melhores práticas, bem como criar plataformas informáticas comuns para os cidadãos e para as empresas.



2.5 Desigualdades

Combater as desigualdades é um dos desafios estratégicos do nosso país. Portugal, continua a apresentar elevados níveis de desigualdades.

A pandemia veio tornar mais visíveis as vulnerabilidades sociais e os problemas estruturais que estão na sua base. Os efeitos económicos e sociais da crise pandémica afetaram desproporcionalmente os mais vulneráveis.

Sabemos, por exemplo, que durante o ano de 2020 o emprego total caiu 2%, mas a queda foi de 8% entre os trabalhadores menos escolarizados, de 7% entre os trabalhadores a tempo parcial, de 17% para os contratos precários, e de 7% entre os mais jovens (até aos 34 anos).

Além da resposta de emergência dada neste primeiro ano, é fundamental canalizar os recursos públicos para respostas e investimentos estruturais que atuem sobre os determinantes da pobreza e exclusão social, nas suas múltiplas vertentes.

Este é o desafio em que porventura as autarquias podem dar o contributo mais decisivo. Se é verdade que muitas das políticas sociais de maior alcance são de âmbito nacional, não é menos verdade que as respostas locais podem ter um papel decisivo na promoção do seu acesso.



As políticas dos últimos anos permitiram que Portugal atingisse os níveis de desigualdade mais reduzidos da sua história. A política de criação de emprego, de valorização salarial e de redução da precariedade foram decisivos para a melhoria dos rendimentos dos portugueses. Adicionalmente, medidas que melhoraram o acesso aos serviços públicos como a eliminação das taxas moderadoras, os manuais escolares gratuitos ou a redução tarifária dos transportes públicos deram um contributo relevante para as condições de vida das classes mais desfavorecidas mas também para as classes médias.

Consciente que a pobreza e as desigualdades são não só uma injustiça social mas também uma limitação ao desenvolvimento social e económico do país, o Governo do PS está empenhado em aprofundar o combate à exclusão e às desigualdades. O PRR tem previsto um grande investimento na área das vulnerabilidades sociais, em que serão investidos mais de 5 mil milhões de euros. Estão previstos investimento significativos para melhorar o acesso à saúde, à habitação e às respostas sociais, bem como dar um impulso às qualificações de jovens e adultos.



2.5.1. Dinamização das redes sociais locais

O combate à pobreza, à exclusão social e às desigualdades socioeconómicas carece de uma abordagem integrada que potencie respostas concertadas no terreno. É por isso essencial promover e consolidar as Redes Sociais Locais, articulando o poder autárquico com os serviços públicos e as entidades do setor social, com vista a rentabilizar os recursos e a evitar a duplicação de intervenções. Este esforço pode e deve ser complementado com outros programas existentes que promovam uma resposta social e que tragam inovação, tal como os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) ou a nova geração do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), e tendo em conta os novos projetos inscritos no PRR no âmbito do Programa de Novas respostas e equipamentos sociais.

Um novo impulso às Redes Sociais Locais permitirá uma maior concertação dos diferentes instrumentos estratégicos das políticas públicas, assim como um conhecimento em maior profundidade dos problemas a nível local e, desta forma, uma melhor orientação e coordenação das necessidades de intervenção no terreno. É necessário um modelo de planeamento que privilegie o diagnóstico das situações de maior vulnerabilidade, que permitam planos de ação direcionados a diferentes públicos: pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidades, crianças e famílias.

Esta intervenção articulada, baseada num diagnóstico cuidado, deve ser suportada por equipas multidisciplinares de acompanhamento, com a participação das autarquias e dos organismos desconcentrados, que mostrou ser uma prática com resultados muito positivos durante a pandemia, devendo evoluir-se para garantir a existência de um acompanhamento personalizado de todas as Pessoas nestas situações, que garanta a articulação com todas as áreas de intervenção.

As medidas de combate à pobreza são especialmente importantes neste contexto, nomeadamente nos grandes centros urbanos e nos territórios de baixa densidade, atendendo aos múltiplos fatores de exclusão associados e que limitam o alcance das políticas públicas setoriais, constituindo-se as Redes Sociais Locais como pilares de uma intervenção sólida e eficaz que potencia os recursos disponíveis na comunidade.

2.5.2. Promoção do acesso à saúde

A pandemia representou para muitos dos nossos sistemas um choque sem precedentes. Face à magnitude do desafio, o nosso Serviço Nacional de Saúde revelou uma notável resiliência. Contudo, a crise sanitária não deixou de expor algumas das fragilidades do SNS, que precisa de ser reforçado por forma a garantir que todos os cidadãos podem aceder a um serviço público de qualidade.

Neste sentido, importa primeiramente reforçar as respostas em saúde apostando numa abordagem de proximidade, baseada na articulação local, e que responda de forma eficaz às necessidades dos cuidados de saúde primários. Esta aposta permitirá responder às dificuldades de acesso, aliviar os hospitais e identificar e agir precocemente, promovendo um sistema de saúde mais eficaz.

Importa garantir também igualdade de acesso, não apenas nos cuidados de saúde primários, como também nos cuidados continuados e nos cuidados paliativos, procurando reforçar estas estruturas e garantir uma intervenção orientada para a promoção da qualidade de vida dos pacientes. As autarquias devem desenvolver, em articulação com os hospitais, respostas de hospitalização domiciliária que permitam a permanência das pessoas nas suas casas e a redução dos períodos de internamento.

Por forma a garantir um melhor diagnóstico e intervenção, importa que seja promovida uma articulação entre os cuidados de saúde e as respostas sociais, permitindo um acesso mais pormenorizado ao historial clínico e, desta forma, um maior sucesso da intervenção.

As autarquias podem ainda desenvolver, em articulação com as autoridades centrais, respostas de apoio aos cuidadores informais que lhes permita assegurar o direito ao descanso. Esta área tem forte capacidade de criação de emprego, em particular destinado a desempregados de longa duração, garantindo formação relevante para o efeito.

Para a concretização destas políticas revela-se necessária uma conjugação de esforços entre as autoridades do governo central e as autoridades locais para melhorar as condições de atratividade dos territórios com menor capacidade de retenção de profissionais.



2.5.3. Concretização do acesso à educação e promoção do sucesso educativo

A educação constitui-se como pilar no desenvolvimento das crianças e jovens e é um forte preditor na redução das desigualdades e na interrupção de ciclos de pobreza. Assim, deve ser garantido que todas as crianças e jovens têm acesso a uma educação de qualidade desde o ensino pré-escolar, procurando assegurar uma resposta educativa pública robusta, sensível às necessidades de conciliação da escola com a vida familiar.

A aposta na aprendizagem de competências-chave para a sociedade do futuro, como sejam competências linguísticas, de literacia digital ou programação, é essencial e deve ser assegurada a todas as crianças e jovens. É igualmente necessário investir em respostas de educação de segunda oportunidade que visem qualificar os jovens a que o sistema de ensino convencional não consegue dar uma resposta bem sucedida, dinamizando medidas de promoção da formação profissional, de reconhecimento de competências e de aumento das qualificações, como forma de combater o abandono escolar precoce e promover ofertas de ensino mais adequadas às expectativas e necessidades dos jovens.

A descentralização de competências é ainda uma oportunidade para que as autarquias promovam a adequação da oferta educativa às especificidades dos seus territórios, desde os horários às atividades extracurriculares, entre outros.

2.5.4. Uma política local para a igualdade

Uma sociedade só é verdadeiramente democrática, desenvolvida e coesa quando conta com uma participação igualitária de mulheres e homens em todas as esferas da vida. O atual contexto de pandemia que vivemos veio, uma vez mais, revelar que essa igualdade não é ainda uma realidade e que as assimetrias estruturais têm implicado um maior impacto desta crise sobre as mulheres.

No âmbito da recuperação económica e social, o papel das autarquias será preponderante na eliminação efetiva das desigualdades de género, **devendo ambicionar-se o desenho de instrumentos que permitam avaliar a eficácia das políticas locais na luta pela igualdade entre homens e mulheres.** O reforço das políticas de conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, associado à valorização da qualificação e das competências das mulheres na empregabilidade e na tomada de decisão, deve ser tido como um fator de competitividade, sustentabilidade e desenvolvimento económico local, fulcral para o reforço da coesão social e territorial.

É necessário prosseguir o caminho preconizado pela legislação da representação equilibrada - se as mulheres representam hoje 29% do setor empresarial local e 31% da administração local, tal deve-se ao contributo inegável dado pelo quadro normativo aprovado nas últimas legislaturas. É, contudo, premente que nos próximos quatro anos se alcance a meta dos 40% das mulheres em cargos dirigentes no âmbito das autarquias locais. Não menos importante é a necessidade de se elegerem mais mulheres para os órgãos autárquicos, tendo em vista a paridade entre mulheres e homens na política local.

Continua a ser urgente a prevenção e o combate à violência doméstica e à violência contra as mulheres. **É preciso fomentar, a nível local, respostas concertadas para estas vítimas, contribuindo assim para a cobertura integral do território da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica.** As respostas subsequentes, indispensáveis para ajudar estas vítimas no seu processo de autonomização e na reconstrução das suas vidas, constituem um âmbito de ação local que hoje se mantém imprescindível e essencial, devendo as autarquias procurar aderir e reforçar a sua participação no âmbito da Rede Nacional de Municípios Solidários.

As entidades locais devem igualmente contribuir para a elaboração de uma nova geração de Planos Municipais para a Igualdade, transversais a todas as áreas de intervenção da política local - incluindo instrumentos de planeamento e de gestão urbana dos territórios -, que integrem uma perspetiva de interseccionalidade, abordando não só a igualdade entre homens e mulheres mas integrando também políticas locais de prevenção e combate à discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género.



2.5.5 Mais e melhor emprego e formação

As políticas públicas de emprego e formação profissional têm um carácter essencialmente nacional. Contudo, o conhecimento dos territórios e a ligação ao tecido económico local torna as autarquias interlocutores fundamentais para a promoção do sucesso destas políticas.

O trabalho constitui-se como dimensão fundamental da coesão social e da melhoria das condições de vida dos cidadãos. A atual situação pandémica veio reverter a tendência de redução do desemprego e evidenciar a precariedade laboral ainda persistente nalguns setores. É por isso importante prosseguir com políticas que promovam a criação de emprego e adotar medidas que garantam a qualidade e dignidade do emprego, erradicando mecanismos de emprego precário e apostando na fiscalização das condições de trabalho e na conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, uma aposta essencial para a recuperação económica do país.

Reconhecendo a dinâmica do mercado de trabalho, importa garantir igualmente que os cidadãos dispõem da formação adequada e têm acesso a medidas de aprendizagem ao longo da vida, adequadas às necessidades dos territórios, procurando assim colmatar necessidades de mão de obra existentes ao mesmo tempo que se confere oportunidades a pessoas com pouca escolarização, prevenindo desta forma situações de desemprego prolongado e modelos de precariedade laboral. A adequação dos percursos de formação às atividades laborais desempenhadas são um preditor importante na promoção do trabalho digno.

A promoção de medidas ativas de emprego pode, igualmente, assumir um papel relevante no combate ao desemprego de longa duração, procurando capitalizar as competências e qualificações dos cidadãos em idade ativa e identificar as áreas do mercado de trabalho que carecem de mão de obra com maior incidência, nomeadamente nos setores identificados pelas autarquias.

2.5.6. Uma política social de habitação

A habitação constitui um pilar fundamental para a redução das desigualdades sociais, com especial impacto nos aglomerados urbanos. Nos últimos anos, e em especial nos períodos de crise económica, as carências habitacionais têm vindo a agudizar-se, sendo necessário reverter tais tendências e garantir o acesso a uma habitação digna.

Reconhecendo ainda que os entraves no acesso à habitação não são exclusivos de populações mais vulneráveis, afetando também as classes médias, é necessário consolidar respostas nos territórios que vão ao encontro das múltiplas necessidades e realidades sociais.

Desta forma, e considerando as respostas e instrumentos criados pelo Governo para garantir o acesso de todos a habitação condigna, importa por um lado salvaguardar respostas habitacionais permanentes, promovendo a recuperação e requalificação de espaços devolutos e procurando criar respostas de habitação com valores de mercado acessíveis e inseridas no tecido urbanístico, e por outro lado precaver e acautelar necessidades de habitação de emergência, por forma a prevenir a proliferação de vulnerabilidades associadas à condição de pessoa sem teto.

Importa ainda que os municípios desenhem estratégias integradas com as respostas existentes, tendo em vista capitalizar o parque habitacional disponível e conferir maior celeridade no objetivo de erradicar a habitação indigna. Novas formas colaborativas e integradas de gestão do parque habitacional podem e devem ser por isso privilegiadas.

2.5.7. Promoção da integração das populações imigrantes

As populações imigrantes são, nos dias de hoje, essenciais para o desenvolvimento e sustentabilidade do país, pelo que devem ser garantidas condições de acolhimento e integração que espelhem o reconhecimento dessas dimensões.

Para tal, é necessário criar nos territórios respostas articuladas que permitam aos cidadãos imigrantes criarem projetos de vida sustentáveis e integrados na sociedade, que contemplem respostas de aprendizagem da língua portuguesa, de emprego, de habitação, de saúde, de formação e de promoção da cidadania ativa.

Os processos de integração acontecem de forma privilegiada a nível local, sendo por isso necessário criar e dinamizar respostas de proximidade, como sejam os Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAIM), que sejam veículos de comunicação ágeis e que garantam o acesso e compreensão dos direitos e deveres dos cidadãos imigrantes. Estas respostas devem igualmente promover estudos para um melhor conhecimento da realidade dos territórios e para a criação de respostas adaptadas às necessidades identificadas.

Reconhecendo os múltiplos entraves no acesso aos serviços locais, importa em primeiro lugar criar e dinamizar respostas de aprendizagem da língua portuguesa como fator crucial para o estabelecimento de uma comunicação eficaz. Neste âmbito, é necessário ainda uma estreita articulação tendo em vista garantir a certificação das aprendizagens como forma de potenciar uma entrada no mercado de trabalho mais célere e de acordo com as competências dos cidadãos, procurando garantir condições de trabalho dignas.

Uma política de integração robusta é chave para prevenir situações de precariedade e instabilidade social, e só poderá ser consolidada com uma intervenção concertada das instituições públicas.



ANTÓNIO COSTA

Secretário-Geral '21